

**Orium Participações S.A.
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021 e 2020
e relatório do auditor independente**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado do exercício	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12



Aos
Acionistas e Diretores da
Orium Participações S/A.

Opinião sobre as demonstrações contábeis da controladora

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Orium Participações S/A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base Para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à **Orium Participações S/A.** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Chamamos atenção para o fato de que em junho de 2021 emitimos relatório de auditoria sem ressalvas sobre as demonstrações contábeis, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota 4, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os ajustes descritos na referida nota explicativa. Esse relatório substitui o originalmente emitido em junho de 2021. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Recuperabilidade de Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Controlada Mais Próxima Comercial e Distribuidora S/A. (“Mais Próxima”), possuía créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, registrados no ativo

não circulante no valor de R\$ 11.689 mil e R\$ 9.152 mil respectivamente. A realização destes impostos depende um plano operacional que aumente a margem de lucros, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Incerteza sobre Tratamento de Tributos

Conforme descrito na nota 5(o), a controlada Mais Próxima registrou como receita não tributável os benefícios fiscais de ICMS auferidos com o “COMPETE -ES” em suas operações realizadas no Estado do Espírito Santo. Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para os potenciais efeitos tributários do registro destes benefícios em atendimento a Interpretação Técnica ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22).

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da **Orium Participações S/A (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam sem ressalva.

Em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião sobre estas demonstrações. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exerceu julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas Controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas Controladas.

Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas Controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 30 de junho de 2022.

Assinado eletronicamente por:
Nilton Shimizu
CPF: 041.201.028-31
Data: 30/06/2022 16:23:49 -03:00

silosistema

IRKOHIRASHIMA
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N.º 2SP020649/O-2

Nilton Shimizu
Contador
CRC N.º 1SP142.676/O-1

Orium Participações S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais



	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	Reapresentado 2020		2021	2020	2021	Reapresentado 2020
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	8	1	1	12.318	22.815	15	-	-	15.404	15.103
Contas a receber de clientes	9	-	-	6.868	6.223	16	-	-	4.907	2.335
Estoques	10	-	-	8.804	3.286		-	-	521	536
Impostos a recuperar	11	-	-	2.464	786		-	-	870	1.241
Partes relacionadas		-	-	-	-		-	-	9	1.769
Outros créditos		-	-	557	1.126	17	-	-	727	1.394
							15	2	356	895
		1	1	31.011	34.237		15	2	22.794	23.273
Não circulante										
Realizável a longo prazo										
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	11.689	9.152	16	-	-	11.551	16.462
Partes relacionadas		-	-	-	-	17	-	-	5.982	5.388
Outros créditos		-	-	50	50		-	1.886	-	1.886
							-	62	-	62
							4.523	7.191	1.571	632
							4.523	9.139	19.104	24.429
Investimentos	13	6.195	5.693	-	-	18				
Imobilizado	14	-	-	806	816		13.136	13.136	13.136	13.136
							(6.669)	(6.669)	(6.669)	(6.669)
							(5.655)	(10.760)	(5.655)	(10.760)
							846	846	846	846
							1.658	(3.447)	1.658	(3.447)
Total do ativo		6.196	5.694	43.556	44.255	Total do passivo	6.196	5.694	43.556	44.255

Orium Participações S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Orium Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	Reapresentado 2020
Receitas	19	-	-	88.741	114.556
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	-	-	(77.063)	(100.702)
Lucro bruto		-	-	11.678	13.853
Despesas comerciais	20	-	(6)	(2.885)	(4.721)
Despesas gerais e administrativas	20	(1)	(32)	(6.364)	(5.350)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	-	(2.218)	1.896	(2.115)
Resultado da equivalência patrimonial		3.221	2.310	-	-
Resultado antes do resultado financeiro, líquido		3.220	54	4.325	1.668
Resultado financeiro, líquido	21	(1)	(1)	(1.725)	(2.597)
Resultado antes da tributação		3.219	53	2.600	(929)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	2.506	6
Prejuízo do exercício		3.219	53	5.106	(923)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		3.219	53	5.106	(923)
Prejuízo líquido por ação	18				
Básico		0,0316	0,0005	0,0501	(0,0090)
Diluído		0,0316	0,0005	0,0501	(0,0090)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Orium Participações S.A.**Demonstração do resultado abrangente**
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro Líquido do Exercício	3.219	53	5.106	(923)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.219</u>	<u>53</u>	<u>5.106</u>	<u>(923)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Orium Participações S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**
Em milhares de reais

	Capital social	Ajuste de avaliação Patrimonial (nota 17 (b))	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2020	13.136	(6.669)	-	(8.082)	(1.615)
Prejuízo do exercício	-	-	846	(793)	53
Reflexo patrimônio líquido da controlada (i)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	13.136	(6.669)	846	(8.875)	(1.562)
Lucro do exercício	-	-	-	3.219	3.219
Reflexo patrimônio líquido da controlada (i)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.136	(6.669)	846	(5.656)	1.657

(i) Efeito líquido de ajuste da equivalência patrimonial e dos aportes realizados na Controlada Bio-Scan.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	Reapresentado 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo (lucro) do exercício	3.219	53	3.219	53
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com				
recursos provenientes de atividades operacionais				
Provisão (reversão) para contingências	(62)	1	(62)	(28)
Depreciação do ativo imobilizado	-	-	285	209
Ajustes aos créditos de liquidação duvidosa	-	-	351	105
Resultado da equivalência patrimonial	(502)	(92)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(2.537)	(6)
	2.655	(38)	1.256	333
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(987)	(661)
Estoques	-	-	(5.518)	5.119
Impostos a recuperar	-	-	(1.678)	248
Outros créditos	-	-	567	(243)
Partes relacionadas	(2.668)	-	-	1.547
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	-	-	301	(8.851)
Obrigações tributárias	-	-	(371)	701
Obrigações sociais	-	-	(15)	8
Adiantamento de Cliente	-	-	(1.769)	1.769
Tributos parcelados	-	-	(72)	3.736
Outras contas a pagar	13	(9)	(538)	197
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	-	(47)	(8.823)	3.903
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	-	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(274)	(285)
Ajuste reflexo patrimônio investida	-	-	-	-
Recebimento de empréstimos (mútuo)	-	-	-	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	-	(47)	(9.097)	3.618
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos (mútuo)	-	-	939	(3.880)
Captação de empréstimos com terceiros	-	48	-	24.894
Pagamento de empréstimos com terceiros	-	-	(2.339)	(10.876)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	48	(1.400)	10.138
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	-	1	(10.497)	13.756
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-	22.815	9.059
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1	12.318	22.815
Variação no caixa e equivalentes no exercício	-	1	(10.497)	13.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Orium Participações S.A. ("Companhia") é uma Companhia de sociedade anônima no Brasil, de capital fechado que iniciou suas atividades operacionais em 07 de junho de 2016, com sede na cidade de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social, a participação no capital social de outras sociedades (*Holding*).

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia passou a ser a controladora da Mais Próxima Comercial e Distribuidora LTDA. ("Mais Próxima"), que possui como atividade a distribuição e logística multicanal, que possibilita à indústria atender, direta ou indiretamente, desde pequenos e médios varejistas até empresas e consumidores finais, com uma linha de produtos diversificada, compreendendo, entre outros: eletroeletrônicos, computadores e acessórios, telefonia, cama, mesa e banho, móveis, material de construção, brinquedos e bicicletas.

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia passou a ser a controladora da Comércio, Importação e Exportação BIO-SCAN Ltda ("BIO-SCAN"), que possui como atividade a (i) importação, exportação, distribuição, comercialização e representação comercial de produtos, meio de cultura e insumos (a) médico-hospitalares, (b) para laboratório e análise clínica, (c) para exames e diagnósticos laboratoriais, bem como os correlatos de todos os produtos antes mencionados; (ii) importação, exportação, distribuição, comercialização, aluguel, comodato e representação comercial de equipamentos, sistemas, computadores e seus respectivos periféricos no segmento (a) médico-hospitalar, (b) laboratorial e de análise clínica, (c) exames e diagnósticos laboratoriais; e, (iii) locação de equipamentos em geral, especialmente médico-hospitalares, para laboratório e diagnósticos laboratoriais.

2. Base de preparação e Consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Apresentação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordos de acionistas, controla as empresas descritas abaixo e, portanto, realiza a consolidação integral dessas controladas. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas empresas consolidadas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

Controladas	País de Origem	% Participação	Controle
Mais Próxima Comercial e Distribuidora LTDA.	Brasil	100%	Direto
Nexus Soluções Integradas LTDA	Brasil	100%	Indireto
Empresa comercio importação e exportação Bio- Scan LTDA	Brasil	100%	Direto

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 6.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria e autorizadas pelos acionistas para emissão em 08 de junho de 2022.

3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Empresa

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Alterações CPC 00 “Estrutura Conceitual”: Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram:

- aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
- restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
- definição de entidade;
- revisão das definições de ativo e passivo;
- remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desconhecimento;
- inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
- afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações contábeis.

A Empresa revisou suas políticas contábeis e concluiu que continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada. A adoção desta nova prática não representou impactos para a Empresa.

Alterações CPC 26 “Apresentação das demonstrações contábeis” e CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações contábeis. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações contábeis. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual. A adoção desta nova prática não representou impactos materiais para a Empresa.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações contábeis da Empresa, uma vez que esta não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Empresa.

4. Reapresentação das cifras comparativas

Conforme descrito na Nota explicativa 6a, como resultado da aplicação e base de comparações de períodos, as informações e dados contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, verificou-se que a Companhia decidiu consolidar a empresa Bioscan para o exercício 31 de dezembro 2021. Por conta disto, apresentam saldos comparativos referentes às operações retrocessão no ano de 2020. Os impactos dos ajustes nas demonstrações contábeis históricas da Companhia são relevantes e, em atendimento ao IAS 8/CPC 23, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como suas cifras comparativas, estão sendo corrigidas e reapresentadas Abaixo o resumo dos ajustes identificados:

A seguir, são apresentados os impactos dos ajustes efetuados nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, nas demonstrações do fluxo de caixa em cada um dos exercícios apresentados nas respectivas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Originalmente Apresentados	Ajustes	Valores Reapresentados
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes	22.064	751	22.815
Contas a receber de clientes	6.195	28	6.223
Estoques	2.758	528	3.286
Impostos a recuperar	500	286	786
Outras contas a receber	257	869	1.126
	31.774	2.463	34.237
Não circulante			
IRPJ e CSLL Diferidos	9.152	-	9.152
Outros créditos	19	31	50
	9.171	33	9.204
Imobilizado	481	-	481
Intangível	335	-	335
	816	-	816
Total Ativo	41.762	2.496	44.255

	Originalmente Apresentados	Ajustes	Valores Reapresentados
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14.003	1.100	15.103
Empréstimos e financiamentos	2.335	-	2.335
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	531	6	537
Obrigações tributárias	1.221	20	1.241
Adiantamento de clientes	-	1.769	1.769
Outras contas a pagar	590	305	895
Contribuições parceladas CP	981	413	1.394
	19.661	3.613	23.274
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos - LP	16.457	5	16.462
Passivo a Descoberto	-	1.886	1.886
Contribuições parceladas LP	4.260	1.128	5.388
Provisão para contingências	62	-	62
Mútuos a pagar	2.882	(2.250)	632

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	23.661	769	24.430
Patrimônio líquido			
Capital social	13.136	-	13.136
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.669)	-	(6.669)
Reserva de incentivos fiscais	846	-	846
Resultados acumulados	(8.875)	-	(10.761)
	(1.562)	-	(3.447)
Total Passivo	41.760	2.496	44.255

Demonstrações do resultado 2020
(Em milhares de Reais)

	Originalmente Apresentados	Ajustes	Valores Reapresentados
Receita líquida de vendas	109.825	4.731	114.556
Custo dos produtos vendidos	(96.876)	(3.826)	(100.702)
Lucro bruto	12.949	904	13.853
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas comerciais	(4.546)	(175)	(4.721)
Despesas gerais e administrativas	(3.688)	(1.662)	(5.350)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.115)	-	(2.115)
Luro / Prejuízo antes das receitas financeiras líquidas	2.600	(932)	1.668
Receita (despesas) financeiras líquidas	(2.553)	(44)	(2.597)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	47	(976)	(929)
IRPJ e CSLL Diferidos - Resultado	6	0	6
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício	53	(976)	(923)

Demonstração do Resultado Abrangente 2020
(Em milhares de Reais)

	Consolidado		
	Originalmente Apresentados	Ajustes	Valores Reapresentados
Lucro Líquido do Exercício	53	(976)	(923)
Total do resultado abrangente do exercício	53	(976)	(923)

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Demonstração do Fluxo de caixa 2020
(Em milhares de Reais)

	Originalmente Apresentados	Ajustes	Valores Reapresentados
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo (lucro) do exercício	53	-	53
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais			
Provisão (reversão) para contingências	(28)	-	(28)
Depreciação do ativo imobilizado	209	-	209
Ajustes aos créditos de liquidação duvidosa	105	-	105
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6)	-	(6)
	334	-	333
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber de clientes	(661)	-	(661)
Estoques	5.647	(528)	5.119
Impostos a recuperar	534	(286)	248
Outros créditos	659	(902)	(243)
Partes relacionadas	1.547	-	1.547
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	(9.951)	1.100	(8.851)
Obrigações tributárias	681	20	701
Adiantamentos de clientes	-	1.769	1.769
Partes relacionadas	-	-	-
Obrigações sociais	2	6	8
Tributos parcelados	2.196	1.540	3.736
Outras contas a pagar	(108)	305	197
	880	3.024	3.903
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	(332)	46	(285)
Ajuste reflexo patrimônio investida	69	(69)	-
Recebimento de empréstimos (mútuo)	-	-	-
	(263)	(23)	(285)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos (mútuo)	(1.630)	(2.250)	(3.880)
Captação de empréstimos com terceiros	24.894	-	24.894
Pagamento de empréstimos com terceiros	(10.876)	-	(10.876)
	12.388	(2.250)	10.138
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento			
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	13.005	751	13.756
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.059	-	9.059
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	22.064	751	22.815
Varição no caixa e equivalentes no exercício	13.005	751	13.756

Os ajustes demonstrados nos quadros acima refere-se unicamente aos valores da empresa Bioscan que não haviam sido consolidada a Orium Participações em 2020.

5. Novas normas contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(i) IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo.

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa.

(ii) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de Postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas

retrospectivamente. Atualmente, a Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Empresa.

(iii) Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

(iv) Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

6. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis da Companhia estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente.

Consolidação

A Companhia consolida diretamente a Empresa Mais Próxima Comercial e Distribuidora LTDA. ("Mais Próxima") e a Empresa Comercio Importação e Exportação Bio- Scan LTDA. ("BIOSCAN"), entidade sobre a qual detém o controle, isto é, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida

A empresa controlada incluída na consolidação está descrita na nota 5(ii) abaixo e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

As empresas Nexus Soluções Integradas LTDA são consolidadas na empresa Mais Próxima desta forma sua consolidação na controladora é feita de forma indireta.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado

Demonstrações contábeis individuais:

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Conversão de moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas das remunerações contratadas e reconhecidas até a data das demonstrações contábeis, não excedendo o valor de realização.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD ou *impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques "média ponderada". O custo dos produtos compreende o custo de aquisição das mercadorias e outros custos diretos, excluindo os impostos recuperáveis (não cumulativos). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em cinco anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)" na demonstração do resultado.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, em virtude de o pagamento ser devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes são apresentados ao valor de custo ou de realização, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Imposto de renda e contribuição social corrente diferido

Os lançamentos de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social diferidos, o qual é reconhecido na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, além das bases negativas de prejuízos fiscais de anos anteriores, nos quais a Companhia poderá se beneficiar no futuro.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Benefícios a empregados

A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes após sua saída da Companhia, bem como não possui implementado plano de bônus ou participação nos resultados.

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a mesma e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O prazo de pagamento concedido a clientes é considerado pela administração como parte das condições comerciais inerentes às operações da Companhia, não caracterizando uma operação de financiamento; conseqüentemente, as operações de venda não são avaliadas a valor presente no momento inicial de seu registro.

(i) Venda de produtos

A controlada Mais Próxima, compra das grandes fábricas e revende produtos aos pequenos e médios varejistas, além de lojistas e revendedores dos mais diversos portes. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador ou ao transportador indicado pelo mesmo, desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida pelo custo amortizado. Conforme mencionado no item (a) acima, não existe componente de receita financeira incorporado ao preço de venda dos produtos.

a. Incentivo Fiscal – Subsídio

A controlada Mais Próxima obteve junto ao estado do Espírito Santo a adesão ao COMPETE -ES que é um contrato de competitividade adotado pelo Governo do Estado do Espírito Santo para a concessão de benefícios fiscais a setores produtivos locais.

A partir disso, sob o compromisso de aumentar a competitividade das empresas estabelecidas no Estado do Espírito Santo, e com o objetivo de investir em ações que resultem em seu próprio desenvolvimento socioeconômico sustentável, para fomentar o aumento na geração de empregos, ocupação, renda e evolução na capacitação profissional, concede as empresas, assim como para a controlada Mais Próxima, um desconto de aproximadamente 70% no pagamento do ICMS.

7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas

que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições de despesa ao lucro contábil, temporariamente não dedutível geram créditos tributários e as ou exclusões de receita, temporariamente não tributável geram débitos tributários relacionado a apuração do lucro tributável corrente.

Os créditos tributários diferidos referem-se as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa do imposto de renda e da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirão bases tributáveis positivas que possam ser utilizadas. O imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos, foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em projeções futuras. Compõe ainda a base para mensuração do imposto de renda e contribuição social diferidos, o valor do ágio, adquirido na incorporação da empresa Socram Consultoria Empresarial Ltda., também controlado na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real.

(ii) Impairment de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na nota 8.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bancos	-	-	3.107	114
Aplicações financeiras	1	1	9.211	22.701
Total	1	1	12.318	22.815

As aplicações financeiras tratam-se especialmente de certificados de depósito bancário com juros pós-fixados, com vencimento em até três meses da data de aplicação, além de aplicações automáticas efetuadas pela instituição financeira, todos utilizados como fluxo de caixa, no pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia.

9. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2021	2020 Reapresentado
Duplicatas a receber de clientes	8.027	8.483
(-) Adiantamento de clientes	(186)	(195)
(-) Crédito de liquidação duvidosa	(973)	(2.065)
	6.868	6.223

Os vencimentos dos recebíveis estão apresentados da seguinte forma:

	Consolidado	
	2021	2020
A vencer	2.781	2.945
Vencidos de 1 a 30 dias	4.527	3.099
Vencidos de 31 a 60 dias	45	637
Vencidos de 61 a 90 dias	24	202
Vencidos de 91 a 180 dias	117	1
Vencidos acima de 181 dias	533	1.599
Total	8.027	8.483

A análise de *impairment* sobre os saldos das duplicatas a receber foi realizada usando as políticas contábeis adotadas pela administração, que é baseada no histórico de perdas da Companhia. A política contábil estabelece a provisão de 100% dos saldos para os títulos vencidos em período superior a 180 dias mais as análises individuais. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Controladora não apresentou saldos para os exercícios de 2021 e 2020.

10. Estoques

Os estoques são totalmente compostos por mercadorias para revenda das Controladas Mais Próxima e Bioscan. Não há qualquer registro de provisão para perdas nos estoques em 2021 e 2020, não há estoques em garantia. Os estoques são totalmente armazenados em depósito de terceiro, com cláusulas

contratuais de garantia no caso de avaria, roubo e perda. A Controladora não apresentou saldos para os exercícios de 2021 e 2020.

Descrição	Consolidado	
	2021	2020 Reapresentado
Mercadoria para revenda	8.804	3.286
Total	8.804	3.286

11. Impostos a recuperar

Descrição	Consolidado	
	2021	2020 Reapresentado
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias	2.134	708
Imposto de Renda sobre aplicações financeiras	70	16
Outros tributos	260	62
Total	2.464	786

O principal motivo para o acúmulo dos saldos de ICMS é o benefício fiscal concedido pelo Estado do Espírito Santo, conforme nota 5 (p). A Companhia busca alternativas para monetizar o crédito de ICMS. A Controladora não apresentou saldos para os exercícios de 2021 e 2020.

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre as diferenças entre as bases de cálculo do imposto de renda e de contribuição social de ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, totalizando o percentual de 34%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos desde que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores dos créditos são os seguintes:

	Consolidado	
	2021	2020 Reapresentado
Prejuízos fiscais e bases negativas	34.379	26.918
Alíquota - %	34%	34%
	11.689	9.152
Não circulante	11.689	9.152
	11.689	9.152

13. Investimentos

	Controladora		
	Mais Próxima	Bio-scan	Total
Investimento em 31 de dezembro 2020	5.692	-	5.692
Passivo a Descoberto	-	(1.886)	
Lucro no período	119	2.265	5.106
Investimento em 31 de dezembro 2021	5.812	383	6.195

A companhia possui o percentual de participação de 99,99% na Mais Próxima e na Bio-Scan. Conforme nota 1. O investimento na Mais próxima e Bio-scan foram eliminados para apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, por isso, não foi apresentado saldo de investimentos nas demonstrações contábeis consolidadas de 2021 e 2020.

14. Imobilizado e Intangível

	Consolidado			
	2021		2020 Reapresentado	
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Instalações em imóveis locados	956	(884)	72	160
Equipamentos eletrônicos	19	(18)	1	2
Equipamentos de informática	1.085	(899)	186	276

Orium Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Software em desenvolvimento	645	(136)	509	335
Outros ativos	49	(11)	38	44
Total	2.753	(1.948)	806	816

O encargo de depreciação está integralmente demonstrado na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado. A Controladora não apresentou saldos para os exercícios de 2021 e 2020.

15. Fornecedores

	Consolidado	
	2021	2020 Reapresentado
Duplicatas a pagar a fornecedores	15.404	14.044
Fornecedores estrangeiros		1.059
Total	15.404	15.103

A Controladora não apresentou saldos para os exercícios de 2021 e 2020.

16. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Consolidado		
		2021	2020
	Instituição Financeira	Valor	Reapresentado Valor
Capital de giro	Bradesco	4.041	4.139
Capital de giro	Santander	3.552	4.505
Capital de giro	Itaú	4.117	5.153
Conta garantida	BIB	4.741	5.000
		16.457	18.797
Circulante		4.907	2.335
Não circulante		11.551	16.462
Total		16.457	18.797

O valor justo dos financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que as taxas médias de encargos, para os prazos e destinação dessas operações, são condizentes com as de mercado. Inexistem cláusulas de *covenants* relacionados com as linhas de empréstimos e financiamentos acima. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão apresentados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	2021	2020 Reapresentado
Em 06 meses	2.412	865
De 06 a 12 meses	2.495	1.470
Acima de 12 meses	11.550	16.462
	16.457	18.797

17. Tributos parceladas

Descrição	Consolidado	
	2021	2020 Reapresentado
Programa de Integração Social - PIS	811	900
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social -COFINS	4.095	4.194
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	1.081	1.200
Outros tributos parcelados	722	488
	6.709	6.782

Orium Participações S.A.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios sociais findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Circulante	727	1.394
Não circulante	5.982	5.388

A Controladora não apresentou saldos para os exercícios de 2021 e 2020

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

	2021	2020
Capital nacional subscrito	13.136	13.136
	13.136	13.136

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social de R\$ 13.136 está representado por 78.232 ações ordinárias nominativas e 23.612 ações preferenciais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, assim distribuídas:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Évora FIP	21.142	8.235	29.377	29%
Joaçaba Emp. e Participações S.A.	21.142	8.235	29.377	29%
ER6 Participações Ltda.	12.474	-	12.474	12%
Xsiphy LLC	12.794	1.028	13.822	14%
Seven América LLC	10.680	557	11.237	11%
Marcos Souto Brando	-	5.557	5.557	5%
	78.232	23.612	101.844	100%

b. Lucro (prejuízo) por ação

(i) Básico

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício pela quantidade média ponderada de ações emitidas até o exercício.

	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício	3.219	53
Quantidade média ponderada de ações	101.844	101.844
Lucro (Prejuízo) básico por ação - R\$	0,0316	0,0005

(ii) Diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas.

A sociedade tem potencial de diluição de ações por opções de compra de ações. É feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	3.219	53	(6.073)
Quantidade média ponderada de ações emitidas	<u>101.844</u>	<u>101.844</u>	<u>101.844</u>
Quantidade média ponderada de ações para o prejuízo	<u>101.844</u>	<u>101.844</u>	<u>101.844</u>
Prejuízo diluído por ação - R\$	<u>0,0316</u>	<u>0,0005</u>	<u>(0,0596)</u>

19. Receita operacional líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u> <u>Reapresentado</u>
Receitas de revenda de mercadorias	112.989	141.838
Devolução de vendas	(5.413)	(2.965)
Impostos e contribuições sobre vendas	(18.835)	(24.317)
Total	<u>88.741</u>	<u>114.556</u>

A Controladora não apresentou saldos para os exercícios de 2021 e 2020.

20. Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020 Reapresentado
Custo de produtos vendidos	-	-	77.063	100.702
Despesas com pessoal	-	-	4.447	4.122
Despesas com prestadores de serviços	29	16	2.753	3.564
Despesas com aluguel	-	-	211	263
Encargos de depreciação	-	-	285	249
Despesas Comerciais	-	-	58	3
Despesas Gerais	-	-	199	30
Outras receitas e despesas	(28)	2.240	(600)	3.956
Total	1	2.256	84.416	112.889
Custo dos produtos vendidos	-	-	77.063	100.702
Despesas comerciais	-	6	2.885	4.721
Despesas gerais e administrativas	1	32	6.364	5.350
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	2.218	(1,896)	2.116
	1	2.256	84.416	112.889

21. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020 Reapresentado
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	1.480	1.588
Juros de mora	-	-	1.153	903
Despesas bancárias	1	1	80	227
Outras despesas financeiras	-	-	(355)	6
Juros sobre descontos de recebíveis	-	-	300	73
	1	1	2.658	2.797
Receitas financeiras				
Juros recebidos	-	-	(38)	(41)
Descontos obtidos	-	-	(286)	(19)
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-	(333)	(111)
Variação cambial	-	-	(276)	(29)
			(933)	(200)
	1	1	1.725	2.597

22. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e de contribuição social são assim apresentados:

Descrição	Consolidado	
	2021	2020 Reapresentado
Imposto de Renda	1.849	5
Contribuição Social	657	1
Tributos diferidos	2.506	6

A reconciliação entre o imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro/Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	5.307	53
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas combinada	1.804	18
Diferenças temporárias	1.095	1.007
Resultado de equivalência patrimonial	3.221	2.310
Outras diferenças	(3.614)	(3.329)
Crédito de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	2.506	6

23. Instrumentos financeiros

a. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado. Seus passivos financeiros são classificados sob a categoria de outros passivos financeiros, também ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração

determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

b. Instrumentos financeiros por categoria

Em 2021 os ativos financeiros estão classificados ao seu custo amortizado, seguindo o critério de mensuração inicial e subsequentes idênticos à prática contábil atual.

Ativos		2021	2020
		Valor Contábil	Reapresentado Valor Contábil
Classificados ao custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	(Nota 8)	12.318	22.815
Contas a receber de clientes	(Nota 9)	6.868	6.223

Passivos		2021	2020
		Valor Contábil	Reapresentado Valor Contábil
Outros passivos classificados ao custo amortizado			
Fornecedores	(nota 15)	15.404	15.103
Empréstimos e financiamentos	(nota 16)	16.457	18.796
Contribuições parceladas	(nota 17)	6.709	5.241
Outras contas a pagar		356	895

c. Custo amortizado

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os ativos financeiros classificados nesta categoria, anteriormente denominados empréstimos e recebíveis, compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, e “Contas a receber de clientes”.

d. Outros passivos financeiros

São passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, mensurados ao custo amortizado, que não são cotados em um mercado ativo. Incluídos como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estas são classificadas como passivo não circulante). Os outros passivos financeiros da Companhia compreendem “Fornecedores”, “Empréstimos e recebíveis”, “Contribuições parceladas” e “Outras contas a pagar”.

e. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base

líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

g. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

24. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia não possui operações no exterior e não efetua a importação de produtos. Ressalta-se, todavia, que parcela significativa dos produtos eletrônicos comercializados possuem componentes importados.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre dos empréstimos e financiamentos.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa (depósitos em bancos e instituições financeiras), bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto.

A administração não possui uma política formal de risco de crédito para bancos e instituições financeiras. No caso de clientes, a área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

(c) Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente às linhas de crédito existentes, a Companhia conta com o apoio financeiro dos acionistas.

25. Seguros

Os estoques são armazenados em empresas de logística, as quais são responsáveis pela contratação do seguro correspondente para 100% dos estoques em seu poder que em 31 de dezembro de 2021 representam, e comprometem ao ressarcimento integral pelo valor de custo.

* * *



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: QBSAE-ZS4UQ-CXDMV-2V26X

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Nilton Shimizu (CPF 041.201.028-31) em 30/06/2022 16:23 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
191.180.61.14	Lat: -23,567560 Long: -46,637070
	Precisão: 28 (metros)
Autenticação	nilton.shimizu@irkohirashima.com.br
Email verificado	
o5jS5eOHsyUa0WHJvFiSJZd94JA5z72LSgqHKZxDhW0=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.silosistema.com.br/validate/QBSAE-ZS4UQ-CXDMV-2V26X>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.silosistema.com.br/validate>